

MANUAL DE ORIENTAÇÃO
CUSTAS JUDICIAIS
Versão: 1.1 - data 25/02/11

I – Art. 285, §§ 1º, 2º e 3º - Diretrizes Gerais Judiciais.

a) Cálculo da atualização monetária

Esgotado o prazo legal estabelecido para o recolhimento das custas e das despesas processuais, incidirão sobre os valores atualização monetária e juros de mora. O prazo legal para recolhimento está disciplinado na Lei n. 301/90 e em diversos artigos, conforme a matéria tratada, nas Diretrizes Gerais Judiciais - DGJ. Como exemplo, o art. 9º da Lei n. 301/90, que manda recolher a diferença do valor da causa alterado para maior no prazo de até 30 (trinta) dias; e o art. 124, I, das DGJ, que dá prazo de 5 (cinco) dias para recolher custas judiciais, inclusive remanescentes.

Será utilizado como fator de atualização monetária o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Para uma aplicação mais prática, utilize a Tabela de Fatores de Atualização Monetária, de autoria de Gilberto da Silva Melo, publicada mensalmente pela Corregedoria Geral de Justiça, de acordo com o Provimento 013/98-CG.

O cálculo da atualização consistirá na multiplicação do fator correspondente ao mês de vencimento da obrigação pelo valor nominal do débito. Exemplo:

- Valor da causa: R\$ 1.000,00
- Custas iniciais (1,5%): R\$ 15,00
- Prazo de pagamento: vencido em 15/10/2010 → mês de vencimento da obrigação: OUTUBRO/2010
- Data da atualização: 6/1/2011 → tabela vigente nesta data: a publicada em 14/12/2010, no DJE n. 228/2010

DJE. N. 228/2010 - terça-feira, 14 de dezembro de 2010	Tribunal de Justiça - RO	2
CORREGEDORIA-GERAL		
TABELA DE FATORES DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		
TABELA DE FATORES DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		
Publicada de acordo com o Provimento 013/98-CG		
Mês de Referência: NOVEMBRO DE 2010		

- Fator utilizado: 1,0195948 → correspondente ao mês de vencimento da obrigação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

DJE. N. 228/2010 - terça-feira, 14 de dezembro de 2010							Tribunal de Justiça - RO		3
ABR	1,9265529	1,7558232	1,4812066	1,3891921	1,3095608	1,2573570	1,2172365		
MAI	1,9105047	1,7439642	1,4610442	1,3835197	1,2977513	1,2558500	1,2140799		
JUN	1,8996765	1,7423961	1,4467217	1,3780077	1,2887302	1,2542195	1,2109315		
JUL	1,8883464	1,7318319	1,4475902	1,3711519	1,2901493	1,2550980	1,2071892		
AGO	1,8676159	1,7121423	1,4470114	1,3612150	1,2897624	1,2537189	1,2033385		
SET	1,8529774	1,6975434	1,4444115	1,3544428	1,2897624	1,2539697	1,1962805		
OUT	1,8448600	1,6835698	1,4326636	1,3521442	1,2878306	1,2519666	1,1932972		
NOV	1,8276798	1,6575463	1,4270980	1,3498494	1,2804043	1,2466062	1,1897281		
DEZ	1,8044030	1,6031979	1,4218372	1,3439361	1,2735273	1,2413923	1,1846341		

	2008	2009	2010
JAN	1,1732536	1,1018385	1,0583022
FEV	1,1652136	1,0948316	1,0490704
MAR	1,1596473	1,0914481	1,0417779
ABR	1,1537631	1,0892695	1,0344335
MAI	1,1464260	1,0833113	1,0269368
JUN	1,1355249	1,0768502	1,0225399
JUL	1,1252848	1,0723464	1,0236659
AGO	1,1187958	1,0698856	1,0243830
SET	1,1164513	1,0690304	1,0251006
OUT	1,1147791	1,0673227	1,0195948
NOV	1,1092329	1,0647672	1,0103000
DEZ	1,1050338	1,0608421	1,0000000

fator correspondente ao mês de vencimento da obrigação

- Cálculo: Fator correspondente ao mês de vencimento da obrigação (1,0195948) X Valor nominal do débito (R\$ 15,00)
- Valor atualizado: 15,00 x 1,0195948 = **R\$ 15,29**

b) Cálculo dos juros de mora

Sobre o valor atualizado monetariamente, incidirão juros de mora, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, não capitalizáveis.

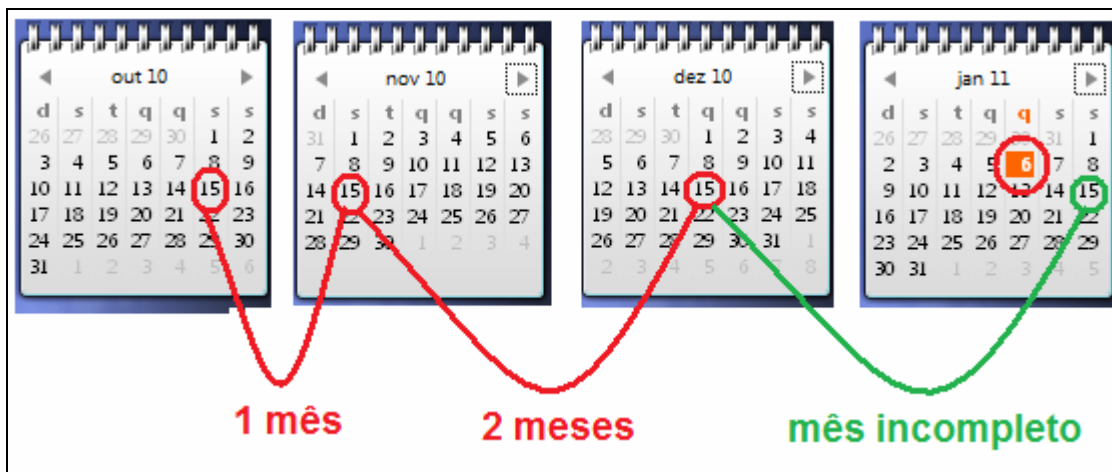
O termo “não capitalizáveis” significa juros simples.

Entende-se por fração qualquer período de tempo inferior a um mês, ainda que igual a 1(um) dia. Nesses casos, os juros serão proporcionais ao número de dias do mês não completado, considerando-se duas casas decimais. O prazo de mês expira no dia de igual número do dia do vencimento, ou no imediato, se faltar exata correspondência.

Retomando o exemplo anterior:

- Prazo de pagamento: vencido em 15/10/2010.
- Em 15/11/2010, foi completado 1 (um) mês (“O prazo de mês expira no dia de igual número do dia do vencimento”).
- Em 15/12/2010, foi completado 2 (dois) meses.
- A data de atualização corresponde a 6/1/2011; então, nesta data, como não foi atingido o período inteiro (3 meses), os juros serão proporcionais ao número de dias do mês não completado.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**



- Cálculo da quantidade de dias do mês não completado: de 16/12/10 a 06/1/11 transcorreram **22 dias** (Art. 132 do Código Civil: exclui-se o dia do começo e inclui-se o último dia)
- Cálculo do percentual de juros proporcionais: $(1\% \div 30) \times 22 \text{ dias} = 0,73\%$ (“considerando-se duas casas decimais”)
- Cálculo do percentual total de juros: **1%** (um mês completado) + **1%** (dois meses completados) + **0,73%** (mês incompleto) = **2,73%**
- Cálculo dos juros totais: **R\$ 15,29** (valor atualizado) $\times 2,73\% = \text{R\$ } 0,42$
- Valor total do débito: **R\$ 15,29** (valor atualizado) + **R\$ 0,42** (juros totais) = **R\$ 15,71**
- **IMPORTANTE: cálculo efetuado para pagamento no mesmo dia de atualização do débito. No exemplo em questão, 6/1/2011.**

Outro exemplo quanto à contagem do prazo: obrigação vencida em 30/12/10. Em 30/01/11 o prazo completará 1 (um) mês. O mês de fevereiro apresenta apenas 28 (vinte e oito) dias (anos bissextos, 29), não tendo o dia 30 para completar o período de 2 meses. Neste caso, considera-se o mês completado no dia 01/03/11 (o prazo de mês expira no dia de igual número do dia do vencimento, **ou no imediato, se faltar exata correspondência**).

II – Art. 291, §§ 1º, 2º e 3º - Diretrizes Gerais Judiciais.

a) Intimação para pagamento do débito

Os processos findos não poderão ser arquivados sem que o escrivão certifique, nos autos, estarem integralmente pagas as despesas forenses.

Constatada a existência de débitos, o escrivão providenciará a intimação do responsável (parte devedora e seu advogado) por meio do Diário da Justiça Eletrônico, para pagamento do débito no prazo de 5 dias, sob pena de encaminhamento à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

- Modelo de Intimação

PODER JUDICIÁRIO / COMARCA DE _____	
JUÍZO DE DIREITO DA _____	
JUIZ(A) DE DIREITO _____	
INTIMAÇÃO	
PARTE: FULANO DE TAL	
ADV: _____ (OAB _____)	
Processo _____	- Tipo/Classe: _____
Requerente: _____	- Requerido: _____
<p>Fica intimada a parte FULANO DE TAL, bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo a _____ (custas iniciais, finais, recursais, etc) nos autos mencionados, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se.</p>	

Comparecendo a parte para efetuar o pagamento, ser-lhe-á apresentado o valor, com atualização monetária e juros de mora (ver item I, “a” e “b”).

Realizado o pagamento, o comprovante será juntado aos autos e o Boleto Bancário vinculado ao respectivo processo, por meio da funcionalidade “Registro de Emissão de Boletos”, no módulo “F1 – Cadastros”, do Sistema de Automação Processual – SAP (ver Manual sobre o assunto).

b) Expedição da Certidão de Débito

Não tendo sido atendida a intimação, o escrivão emitirá Certidão de Débito em que serão especificados os valores devidos, com atualização monetária e juros de mora.

- Modelo de Certidão de Débito

 PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA COMARCA DE _____ CERTIDÃO DE DÉBITO
<p>Certifico que em processo deste juízo consta débito decorrente do não pagamento de custas e despesas processuais, cujos dados são os seguintes:</p>
DEVEDOR Nome do Devedor: _____ Endereço: _____ CPF/CNPJ: _____
ORIGEM - SENTENÇA JUDICIAL Processo nº: _____ Data da Decisão: _____ Ação: _____ Autor: _____ Réu: _____
DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO <i>(atualizado, e com juros de mora, até a data da certidão)</i> Tipo: _____ <i>(custas finais, iniciais, recursais, etc)</i> Data final concedida para o pagamento: _____ Valor atualizado: R\$ _____ Juros: R\$ _____ Total: R\$ _____
<p>E para constar, eu _____, em observância ao disposto no Art. 291 das Diretrizes Gerais Judiciais do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, lavro a presente certidão para efeito de</p>

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa. Dado e passado nesta Comarca de _____ em ____ de ____ de 20__.

ESCRIVÃO

c) Encaminhamento eletrônico do débito para inscrição em Dívida Ativa

Imediatamente após a expedição da Certidão de Débito, o valor será encaminhado eletronicamente à Fazenda Pública Estadual, que realizará os procedimentos necessários para inscrição do débito em Dívida Ativa.

O encaminhamento eletrônico é realizado no *site* da Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN. O acesso é permitido somente aos servidores previamente cadastrados (consultar a COREF sobre cadastramento de usuários), conforme etapas a seguir:

- Acessar a página da SEFIN, digitando o endereço www.sefin.ro.gov.br
- Na página inicial, escolher as opções “Serviços”, “Sistemas” e “PROJUDI”:



- Na página que se abrir, digitar o CPF e senha cadastrada (*consultar COREF sobre cadastro de senhas*) e clicar em “entrar”:

Bem Vindo

Bem vindo ao Sítio WEB da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia, implantando para registro, controle e eficiente atendimento das demandas tecnológicas prestadas aos usuários internos e externos da SEFIN, contribuindo para a agilidade, segurança, confiabilidade e otimização dos trabalhos e serviços.

A partir desta tela, somente pessoas autorizadas terão acesso. Caso não tenha cadastro, entre em contato com a GEINF Resolva pelo fone 3211-6100.

Área Privada
efetuar login

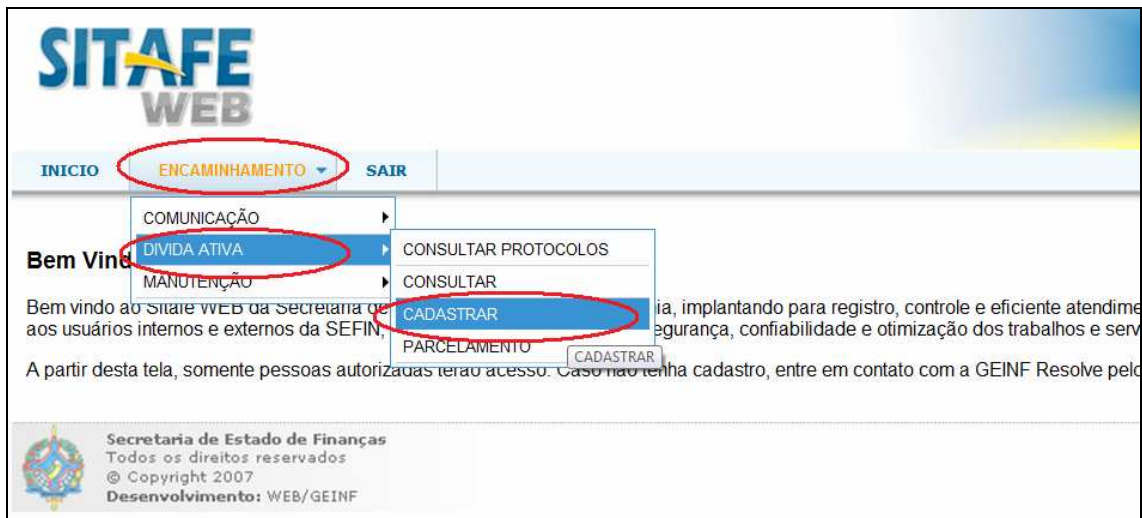
CPF:

SENHA:

NOVA SENHA:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

- Logado ao sistema SITAFE web, escolher as opções “ENCAMINHAMENTO”, “DÍVIDA ATIVA” e “CADASTRAR”:



- Na janela seguinte, escolha o botão correspondente à identificação do devedor: CPF ou CNPJ.
- Digite a identificação do devedor usando apenas números (não use pontos ou traços).
- Selecione a natureza do débito.

Observações:

- servidores de cartórios judiciais CÍVEIS terão a opção “custas processuais”;
- servidores de cartório judiciais CRIMINAIS terão as opções “custas processuais” e “Multa em Processo Penal”
- “custas processuais” englobam todas as custas e despesas processuais devidas ao Poder Judiciário do Estado de Rondônia
- “multa em processo penal” refere-se à multa pena, prevista no art. 49 do Código Penal, e pertence ao Fundo Penitenciário

- Na sequência, informar o valor do débito, data de atualização e o número do

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

processo judicial.

- No campo “principal”, digitar o valor total do débito (com juros de mora e atualização monetária), conforme constante na Certidão de Débito (ver item II, “b”). ATENÇÃO: não use ponto separador de milhar; usar apenas vírgulas dos centavos.
- No campo “data de atualização”. informar a data de atualização do débito, que será idêntica à data de preenchimento da Certidão de Débito. ATENÇÃO: informar a data no seguinte formato DD/MM/AAAA.
- No campo “processo judicial”, informar o número do processo judicial que originou o débito. Informar apenas números. Desconsidere pontos e traços. O campo comporta os 20 dígitos de numeração processual, estabelecido Pelo Conselho Nacional de Justiça. Informar inclusive os “zeros” que se verificarem no começo do número.
- Finalizar o preenchimento clicando botão “confirma”.

SITAFE WEB

INICIO ENCAMINHAMENTO SAIR

Quinta-Feira, 06 de

Certidão de Dívida Ativa

Devedor

Nome/Razão Social:

Identificação:

campos de preenchimento automático pelo sistema

Lançamento

Principal

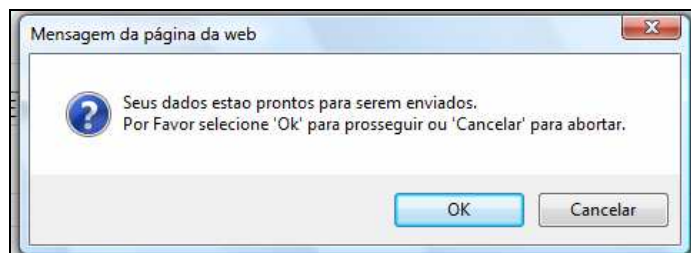
Data de

Atualização

Processo Judicial

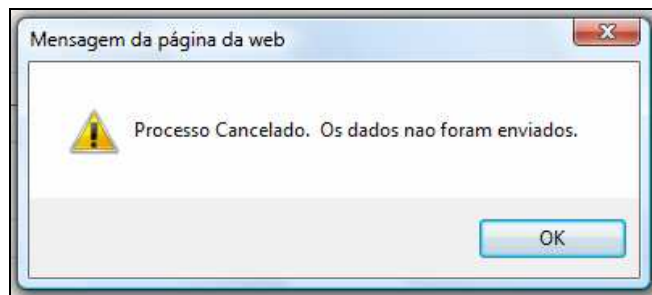
Finalizar

- Após o clique no botão “confirma”, o sistema informa que os dados estão prontos para serem encaminhados. Esta mensagem serve de alerta ao usuário para que confira as informações digitadas.



- Clicando em “Cancelar”, as informações não são salvas e o usuário pode refazer o procedimento, corrigindo eventuais erros.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**



- Clicando em “OK”, as informações são encaminhadas à Fazenda Pública.
- Na sequência, clique no botão “imprimir” para acesso à “Certidão de Encaminhamento à Dívida Ativa”. Este documento comprova o encaminhamento das informações.

CERTIDÃO DE ENCAMINHAMENTO À DÍVIDA ATIVA Nº 00000000000000	
Processo Judicial nº 000000000000000000	
Identificação do Devedor:	
Nome/Razão Social:	FULANO DE TAL
CPF/CNPJ:	000000000000
Identificação do Débito:	
Valor do Débito:	R\$ 000,00
Atualizado até:	DD/MM/AAAA
Envio das Informações::	
Data do Envio:	DD/MM/AAAA
Responsável:	NOME DO SERVIDOR DO TJRO
<p>Certificamos que as custas processuais remanescentes dos autos do processo acima identificado foram encaminhados eletronicamente para a inscrição na Dívida Ativa do Estado de Rondônia na forma do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 11.627/05.</p> <p>Certidão emitida pelo acesso restrito por meio de senha pessoal ao sítio eletrônico da SEFIN na internet www.sefin.ro.gov.br.</p> <p style="text-align: center;"><input type="button" value="Imprimir"/></p>	

- Clique na opção “Imprimir” e junte a “Certidão de Encaminhamento à Dívida Ativa” aos autos. Após esse procedimento, não havendo nenhum outro a ser realizado, os autos poderão ser arquivados.

III – Controle de versões.

Versão	Data	Alteração
1.0	06/01/11	-
1.1	25/02/11	1) Alteração do nome “Manual de Orientação Provimento 016/2010-CG” para “Manual de Orientação Custas Judiciais”.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

		2) Alteração da orientação quanto ao preenchimento do número do processo judicial, quando do encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, de 17 para 20 dígitos.
--	--	--